

“Na arquibancada pra a qualquer momento. Ver emergir o monstro da lagoa”

(Chico Buarque e Gilberto Gil, Cálice, 1973)

O Ministério da Educação anunciou nos últimos dias a proposição da Base Nacional Comum para Formação de Professores. Passamos, desde a instalação de um governo ilegítimo em 2016, de uma perspectiva de construção da política educacional negociada e discutida em diferentes fóruns (da CONAE às audiências públicas do CNE, de comissões a audiências públicas do próprio MEC) a uma política de interdição de qualquer diálogo. Uma imposição contínua de políticas sem debate. Acompanhamos a tramitação da reforma do ensino médio, da BNCC e das DCN do ensino médio que tiveram como tônica a ausência de participação da sociedade, a negação da possibilidade de diálogo, a interdição da possibilidade de negociação.

Agora, no apagar das luzes, o MEC mais uma vez coloca unilateralmente em destaque um novo documento sem qualquer escuta à comunidade escolar, aos pesquisadores, às escolas e às universidades. Novas diretrizes de formação de professores? Novas para quem? O MEC sabe que as DCN para formação de professores de 2016 foi amplamente discutida e aprovada pelo CNE com amplo debate com todos os setores da sociedade?

Um dos destaques do power point apresentado pelo MEC é a revisão do curso de pedagogia. Estranhamos uma proposta que parece retomar a fragmentação do curso depois de décadas de esforço e trabalho para construção de uma perspectiva unitária.

As preocupações que nos tomam são muitas com este anúncio. Quando vamos enfrentar o fato de que 83% (Censo do Ensino Superior de 2017) das matrículas nos cursos de pedagogia estão nas insituições privadas e parte desta formação é feita à distância? Será que precisamos de novas diretrizes ou precisamos enfrentar as condições de qualidade da oferta? Quando vamos enfrentar o fato de que as redes de educação básica seguem contratando professores temporários que não conseguem construir uma trajetória regular de trabalho? Quando vamos enfrentar o fato de que os sistemas de ensino não respeitam a lei do PSPN?

A apresentação de uma Base Nacional para Formação de Professores é a melhor forma de não enfrentar os problemas reais da educação brasileira. Vemos um monstro emergir da lagoa, mais um, que nos tomará tempo e ampliará a neblina em torno dos problemas da educação brasileira que, de fato, podem e devem ser enfrentados.

Este documento deverá ser discutido no CNE, e, mais uma vez, de forma republicana esperamos que este egrégio conselho respeite sua história e retome o diálogo verdadeiro com a comunidade educacional brasileira.

17 de dezembro de 2018

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)

Associação Brasileira de Currículo (ABdC)

Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBIO)

Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)

Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)

Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR)

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM)